

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Cras Oeste B - Rua: Angelo Gaiotto, s.n. - Jardim Santa Rita I – Londrina – PR

Data: 08 de Fevereiro de 2017

Horário: 13h30 horas (1ª convocação) - 13h45 (2ª convocação)

1 Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete foi realizada reunião ordinária do
2 Conselho Municipal de Assistência Social no CRAS OESTE B, sito a Rua Angelo Gaiotto, s.n.
3 – Jardim Santa Rita, Londrina – PR. Os participantes desta reunião foram registrados em lista
4 de presença devidamente assinada e arquivada. A reunião é iniciada em segunda chamada,
5 às treze horas e cinquenta e cinco minutos com a justificativa do atraso da presidente
6 Valmirete Alves. Em seguida é feita a leitura da pauta para apreciação e aprovação **1.**
7 **Apresentação e aprovação da pauta; 2. Apresentação dos novos Conselheiros**
8 **Governamentais; 3. Recomposição de Mesa Diretora; 4. Recomposição de Comissões;**
9 **5. Lei 13.019/2014; 6. Comissão de Fundo - Associação Projeto Pão da Vida -**
10 **Recursos Federais; 7. Relato de comissões – Comissão de Acompanhamento:**
11 **Instrumentais; 8. Informes – Programa Criança Feliz.** Após leitura, Caroline Gomes
12 Tomaz, da entidade CEPAS solicita inclusão de informe ao final da reunião referente a
13 ocupação Flores do Campo. Após aprovação da pauta, passou-se a leitura da lista dos
14 conselheiros indicados pela gestão para compor o CMAS, sendo apresentados os
15 conselheiros que estavam presentes. Ao finalizar as apresentações, iniciou-se a discussão
16 sobre a **4. Recomposição de Comissões.** Foi realizada a seguir a recomposição das
17 comissões deste conselho conforme tabela anexo que será parte integrante desta ata. No
18 que se refere a Instância de Controle do Programa Bolsa Família, esta será inserida na
19 Comissão de Acompanhamento de Benefícios, conforme ultimo regimento interno aprovado.
20 Ficou decidido que a comissão de fundo apresentaria na primeira reunião do mês de março
21 estudo referente a legislação para definição da composição, uma vez que há indicação de
22 gestores das políticas de saúde e educação na composição da instância, entretanto, esses
23 não fazem parte do CMAS. A comissão de fundo informou novo horário das reuniões visto
24 que houve mudança no horário de funcionamento da SMAS. Com a chegada da presidente,
25 foi realizada a apresentação da Sra. Valmirete Alves aos novos conselheiros. Dando
26 prosseguimento a recomposição das comissões, foi apontada mais uma vacância na
27 composição do conselho com a saída do Sr. Alisson Poças da entidade Casa de Maria.
28 Márcia Valim retoma a discussão sobre a Comissão da Conferência Municipal que deverá ser
29 realizada neste ano, foi apresentada para a plenária os nomes que já foram indicados para
30 participar e que também constam na tabela em anexo a ata. Foi sugerido ainda, quanto a
31 comissão eleitoral, a sugestão foi a de que a Comissão de Legislação assumira
32 temporariamente esta função e também se encarregue da organização das Eleições na
33 Conferência. Valmirete fala sobre a participação e a necessidade de disposição para
34 colaborar com os trabalhos do Conselho. A comissão de Inscrição informou que não está se
35 reunindo devido a ausência de representantes governamentais, por isso a necessidade da
36 recomposição. Logo após foi colocada a necessidade de **3. Recomposição de Mesa**
37 **Diretora** com a escolha ou indicação de membros não governamentais para ocupar o cargo
38 de primeiro(a) secretário(a). Márcia Valim refere que os representantes governamentais

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

39 quem devem decidir quem irá ocupar o cargo. Valmirote questiona sobre o posicionamento
40 da SMAS sobre a recomposição. Adriana Santos sinaliza a ausência de conselheiros
41 governamentais e Marilza Cardoso Yoshinaga representantes da entidade SOS questiona a
42 justificativa dos ausentes. Para que se avance na pauta desta reunião, optou-se por trazer a
43 indicação do nome na próxima reunião ordinária do conselho. **5. Lei 13019/2014.** A
44 conselheira Luana Campos faz um resgate das discussões ocorridas no CMAS desde 2015
45 no que se refere a lei do Marco Regulatório, apresentando os documentos que chegaram ao
46 conhecimento da mesa diretora apenas em 2017. Feita a leitura dos Comunicados Internos e
47 ofícios encaminhados após questionamento do CMAS a SMAS, é solicitada informações para
48 os representantes da SMAS presentes uma vez que o documento refere que o prazo para
49 adequação do município era dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete. Ana Karina,
50 representante da secretaria do Idoso questiona se as secretarias citadas nos documentos
51 para compor o grupo de trabalho foram notificadas. Márcia Valim cita que a legislação
52 estadual não foi citada nos documentos. Gerson Machado, representante da Entidade Irmã
53 Maria José sugere unir os conselhos e o conselho da transparência para discussão do tema.
54 Após os apontamentos, o Sr. Aurélio Caetano da Silva, representante governamental da
55 gerencia de convênios da SMAS informou que já existe uma minuta de decreto e minuta de
56 projeto de lei, que a secretaria de cultura era quem estava coordenando o grupo de trabalho
57 que estava discutindo esses documentos na gestão anterior. Informa que o prazo de primeiro
58 de janeiro já está em vigor e a indicação é que nenhum convenio novo seja realizado antes
59 de ter as legislações municipais finalizadas e aprovadas. Questionado sobre o convenio com
60 entidade que irá vencer em junho deste ano, informou que foi solicitado ao jurídico da
61 prefeitura a possibilidade de prorrogação do convenio até dezembro para que, juntamente
62 com todos os demais convênios com vencimento em dezembro de dois mil e dezessete, seja
63 realizado um chamamento público único para renovação dos convênios de acordo com a
64 nova legislação do marco regulatório. Márcia Valim solicita que sejam encaminhadas aos
65 conselheiros essas minutas. Luana Campos questiona a participação da sociedade civil nesta
66 discussão, uma vez que as entidades são os maiores interessados na aprovação da
67 legislação, foi feita proposta de participação de representantes deste conselho no grupo de
68 trabalho já existente. **6. Comissão de Fundo - Associação Projeto Pão da Vida - Recursos
69 Federais.** A Comissão efetuou os relatos através da Coordenadora da Comissão Márcia
70 Paiva que iniciou fazendo a Leitura da Planilha dos recursos recebidos de 21 de dezembro de
71 2016 a 29 de dezembro de 2016 do MDSA referente aos repasses atrasados, que
72 correspondem as parcelas dos anos de 2015 e 2016. A Comissão informou que foram
73 repassadas duas parcelas do ACESSUAS TRABALHO, uma no valor de R\$ 32.786,00 e
74 outra no valor de R\$ 63.223,50, e que, foi recebida as orientações do Ministério mudando o
75 objeto e objetivo das ações do programa, contemplando adolescentes, jovens e adultos de 14
76 a 59 anos, ampliando as atividades que podem ser desenvolvida em relação ao mundo do
77 trabalho como eventos, oficinas, palestras, diagnósticos e que foi formado um grupo,
78 incluindo a comissão de fundo, que está analisando as novas orientações. Relatado que
79 Paulo Aragão ficou de efetuar levantamentos das ações já realizadas e se as metas foram
80 atingidas, e o Sr. Luis Alberto Gomes, Assessor da Secretária Nádia Moura, analisará os

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

81 documentos norteadores dessa ação, inclusive relativas às prestações de contas. Márcia
82 ratificou que esse recurso é específico para essas ações, e que já foram pautas demandas
83 relativas a Economia Solidária, Aprendizagem (Iniciação), adolescentes que não estão
84 inseridos no SCFV e na Aprendizagem e, em relação aos prazos, foi observado os anos de
85 2017 e 2018 para execução, ressaltado ainda que o Estado emitiu uma Nota Técnica, que foi
86 socializada pelo conselho, em relação a execução desse recurso. Observou que Sandra
87 Nishimura faz parte do grupo. Márcia passou a relatar que a Comissão de Fundo solicita que
88 o CMAS envie um ofício a SMAS solicitando informações sobre o Reordenamento do
89 Acolhimento Familiar, considerando as deliberações desse conselho em 2016, pautadas a
90 partir das apresentações e proposta da SMAS, para que a Comissão possa acompanhar e
91 informar a este conselho. A conselheira informou que, na Comissão de Fundo foram
92 efetuados alguns cálculos que remetem a execução do orçamento de 2016, que o
93 contingenciamento, os atrasos e não repasses do Governo Federal impactaram na execução
94 orçamentária de 2016, inclusive considerando os saldos nas contas em dezembro,
95 observando ser de fundamental importância que os conselheiros tenham clareza dessa
96 questão para esclarecimentos de questionamentos normalmente efetuados durante a
97 discussão do orçamento da SMAS. Os índices levantados remetem a 81,83% da execução
98 geral da SMAS – todas as fontes – 90,45% Fonte Livre, na qual houve contingenciamento,
99 88,68% do Fundo e 78,30% de todas as fontes no Fundo. Márcia seguiu efetuando os relatos
100 e observou que a Comissão de Fundo solicita que o CMAS encaminhe Ofício a SMAS
101 solicitando informações sobre o Planejamento das ações relativas à Operação Noite Fria, que
102 não foi conveniada em 2016 para execução em 2017, sendo importante antecipar essa
103 discussão neste Conselho, considerando as avaliações e formato do ano de 2016, mas,
104 principalmente, em virtude de que tudo indica que esse inverno será muito rigoroso. Márcia
105 esclareceu que a Comissão de Fundo se reuniu extraordinariamente, considerando os
106 repasses do MDSA em dezembro, na perspectiva de agilizar os processos relativos a
107 abertura de superávit, os repasses as entidades e a execução do orçamento, para não
108 ocorrer bloqueio ou suspensão nas contas, destacando que, também foram levantadas
109 algumas pendências da Comissão de Fundo, como a necessidade de apresentar o resultado
110 da análise que contribuirá para estruturação da Comissão de Acompanhamento de
111 Benefícios, que incorporará em suas atividades a função de Instância de Controle do Bolsa
112 Família, considerando o Regimento Interno desse conselho e as orientações, resoluções e
113 legislação conforme já citado no início da reunião. A conselheira informou que o orçamento
114 da SMAS para 2017 fechou em R\$ 53.407.000,00 – fonte livre e externa, e que houve
115 redução do orçamento para pessoal no processo de aprovação na Câmara de Vereadores,
116 Esclareceu ainda que, esse valor inclui o Fundo da Criança, o Conselho Tutelar e a
117 Conferência, que foi considerado repasses de até 12 parcelas relativas a recursos federais
118 para o fechamento do orçamento, que isso preocupa a Comissão de Fundo visto a
119 irregularidade dos repasses Federais, os compromissos pactuados em relação as
120 subvenções e os contratos. A Comissão de Fundo solicitou que o CMAS envie ofício
121 questionando a SMAS se houve contingenciamento no orçamento da SMAS de 2017 de 40%
122 conforme informações. A Secretária Nádia Moura se manifestou fazendo considerações,

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

123 esclarecendo sobre as medidas tomadas pela SMAS para gerar economia observando que
124 isso será feito com critério e bom senso levando em consideração as especificidades dos
125 serviços e que os processos desencadeados não impactarão no atendimento para os
126 usuários, como mudança de horário de Atendimento da SMAS, suspensão do pagamento de
127 horas extras e redução de cargos na Secretarias. A Comissão de Fundo informou que, em
128 relação a deliberação efetuada em reunião realizada em dezembro desse conselho, referente
129 ao valor de R\$ 13.000,00 do IGD Bolsa Família para manutenção e limpeza emergencial e de
130 pequeno porte na sede situada na Av. JK ao lado do Provopar, foi aberto Decreto para
131 empenhar. Nesse momento, Débora informou que esse processo já avançou. Neusa Tiba
132 questiona se não haverá deliberação sobre o IGD Bolsa e Márcia observou que não é
133 necessário retomar a discussão, considerando as deliberações, as análises efetuadas em
134 2016 e pendências. Márcia Valim também informou sobre os repasses decorrentes de
135 Convênios com o Estado, sendo 3 parcelas do Centro Pop no valor de R\$ 11.500,00, 3
136 parcelas do acolhimento infantil de R\$ 32.500,00 e 6 parcelas do Acolhimento Adulto de
137 5.000,00. Informou que a Comissão questionou ainda sobre as últimas deliberações desse
138 conselho em relação a entidade SOS, observando que não havia sido repassado os valores
139 aprovados pois a tesouraria não pagou e que, havia sido encaminhado em 05 de janeiro de
140 2017, entretanto estava pendente a confirmação do repasse. Marilza do SOS estava presente
141 na reunião, mas não confirmou o recebimento. Foi esclarecido que, se confirmado o repasse,
142 não haverá pendências relativas a 2016 dos recursos federais. Marilza refere sobre uma
143 pendência de 2015, sendo necessário retomar junto a SMAS para esclarecimentos. Márcia
144 aponta que no ano de 2016 houve atrasos nos repasses, considerando as deliberações
145 desse conselho, Nádia ressalta que a questão não foi na SMAS. Márcia questiona a SMAS
146 sobre a municipalização dos CRAS, ressaltando que o questionamento tem como objetivo
147 esclarecer quais os prazos, necessidade de prorrogação e se isso é possível, sobre a
148 necessidade de retomar junto ao Estado o Plano de Providência pois, informalmente, foi
149 apontado que esse prazo encerrou em 2016, sendo indispensável esclarecer a questão para
150 que não haja impedimento de repasses. Referente a municipalização, a secretária Nádia
151 Moura esclarece que é necessário um planejamento para esta transição, devido as
152 demissões dos funcionários que serão necessárias e que o Provopar não tem condições de
153 fazer pagamentos de direitos trabalhistas neste momento. Os conselheiros demonstram
154 preocupação com o plano de providencias, e em resposta a secretária refere que este plano
155 deverá ser revisto se for necessário. Márcia fala ainda que a SMAS precisa retomar as
156 certidões pendentes, pois Londrina não recebeu o Crescer em Família, devido a não
157 apresentação de Certidões, observando que a Conselheira do CEDCA e a mesma que é
158 suplente, fizeram de tudo no CEDCA questionando os encaminhamentos e solicitando a
159 SMAS posicionamento e encaminhamentos. Valmirete faz a leitura de ofício enviado em
160 resposta sobre o assunto que refere que duas certidões tiveram vencimentos nos dias 26 e
161 30 de Dezembro de 2016, sendo necessário novo questionamento pois a informação já está
162 desatualizada. Marcia passa então as questões que exigem deliberações e resoluções desse
163 Conselho relativas a abertura do superávit para 2017. Faz a apresentação das propostas
164 discutidas na Comissão de Fundo, pautadas inclusive nas discussões e deliberações

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

165 anteriores desse conselho, que foram devidamente esclarecidas e debatidas e
166 posteriormente aprovadas, sem votos contrários ou abstenções, como segue: Fonte 938 –
167 Proteção Social Especial – Valor Superávit: R\$ 961.532,47 – Foi elencado por ordem de
168 prioridade 1º Repassar 06 (seis) parcelas relativas ao convênio com a Cáritas; 2º Repassar
169 30% do valor para pagamento de pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social; 3º
170 Repassar para pagamento de Contratos e Manutenção, o valor equivalente à três meses: R\$
171 270.000,00. Fonte 939 – Proteção Social Especial – Acolhimento – Valor do Superávit:
172 571.430,74. Efetuar os repasses relativos às subvenções, considerando as pendências de
173 2016, e os repasses de 2017, com exceção do Pão da Vida, considerando que a Comissão
174 de Fundo soube que a Entidade está impedida de receber o repasse novamente devido à
175 ausência de Certidões e, nesse caso, é indispensável enviar ofício para SMAS solicitando
176 informações sobre a situação desse convênio em todos os aspectos. Refere que houve
177 impasse em relação ao repasse dos R\$ 41.000,00 pendentes das devoluções efetuadas
178 pelas entidades. O Conselheiro Aurélio se manifestou a respeito da preocupação em se
179 efetuar aditivo de aumento de valor nos convênios, mesmo diante da situação recorrente de
180 suspensão e atrasos de repasses por parte da União, Márcia argumentou considerando as
181 deliberações desse conselho em 2016 ratificando que, essa questão foi amplamente
182 discutida e superada. Em relação a lógica apresentada por Aurélio, observou que a Comissão
183 de Fundo estava considerando a mesma lógica e que, em relação ao convênio, entende de
184 duas formas: primeiramente o valor deliberado em 2016 já devia ter sido aditivado aos
185 convênios vigentes, e que tem clareza que, se não houver recursos federais, os convênios
186 não poderão ser cumpridos integralmente. Que de qualquer forma será necessário aditivo
187 para finalização do convênio, seja para reduzir os valores totais dos convênios, considerando
188 a não disponibilidade financeira. Refere que, se for essa a realidade, na perspectiva da
189 execução do convênio, seria melhor do que ter que fazer aditivo no final do ano para ampliar
190 os valores, considerando os aportes deliberados por esse conselho, pois, como sempre,
191 esses processos levam tempo, e se ocorrer o repasse no final do ano não haveria tempo para
192 execução pelas entidades e finalização de convênio exige devolução de saldos. Não houve
193 deliberação do CMAS, desse modo, o valor de R\$ 41.000,00 não integrará essa Resolução e
194 voltará a ser pautada. Márcia ainda observou que não concorda com as considerações de
195 Aurélio, que remetem que os valores em atrasos repassados pelo governo federal não se
196 referem às parcelas em abertas do convênio, retomando que, tem sido feito a gestão dos
197 recursos e que esse posicionamento precisa retornar para Comissão de Fundo para
198 proposição, ratificando que em 2016 discutiram nessa perspectiva. Fonte: 934 Proteção
199 Social Básica: Efetuar o repasse de cinco parcelas às entidades que desenvolvem o Serviço
200 de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, relativas aos recursos federais considerando
201 os valores pactuados em relação ao Reordenamento do SCFV e o Atendimento de Público
202 Prioritário, considerando os repasses pendentes de 2016 em virtude do não repasse do
203 MDSA. Efetuar o repasse a Secretaria Municipal do Idoso, equivalente a três parcelas e a
204 Secretaria Municipal da Mulher o valor equivalente a três parcelas. Ficará excetuado dessa
205 Resolução os repasses para o Provopar, que será analisado pela Comissão de Fundo após a
206 SMAS responder ao Ofício que esse Conselho que deverá elaborar solicitando

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

207 informações sobre as situações dos convênios estabelecido com essa entidade, que devem
208 ser precedidos de manifestação da Gerencia de Monitoramento e Avaliação e da Diretoria de
209 Convênios, inclusive, em relação ao parcelamento que essa entidade está pagando ao
210 município, esclarecendo os pontos e aspectos que geraram essas pendências, sobre como o
211 acordo foi estabelecido e o posicionamento da Controladoria em relação a questão. Em
212 relação aos recursos do Estado, após a discussão, foi deliberado que a Resolução relativa a
213 Fonte 843 autorizará a abertura de superávit para execução de R\$ 139.606,78 para o Centro
214 POP, para pagamento de contratos, considerando que os demais valores precisam ser
215 analisados na perspectiva do que no Conselho discutiu em 2016, pontuando que, esses
216 recursos teriam como objetivo garantir o repasse às entidades conveniadas, considerando as
217 subvenções e convênios, mas que, para isso, foi apontado a necessidade de aditivo. Sendo
218 assim, ainda temos prazos para deliberação e retomada dessa discussão, não ficando
219 dúvidas em aberto. Quanto ao IGD SUAS e as demandas apresentadas pela Conselheira
220 Neusa Tiba em relação ao pagamento de estagiários, a Comissão observou ser indispensável
221 levantar se existem restos a pagar ou pendências quanto as atividades relativas à Assessoria
222 de Vigilância Socioassistencial com a Dirce Koga, licitações, compras, equipamento e restos
223 a pagar. Mas, principalmente, quais os valores que serão necessários para realização da
224 Audiência Pública, Pré Conferências, Conferência Municipal que tem como despesas local,
225 lanches e almoço, mantendo o padrão das últimas conferências realizadas e considerando as
226 avaliações efetuadas, como as deliberações já feitas nesse conselho sobre esses eventos.
227 Márcia ainda observou que não está em questão o mérito e a necessidade dos estagiários, e
228 que, precisamos inclusive dos custos relativos aos três estagiários. Após várias
229 considerações o Conselho deliberou por autorizar a Comissão de Fundo emitir Resolução,
230 após apresentação dos valores para as análises e autorizar o repasse de um a três
231 estagiários, garantindo o pagamento de pendências relacionadas as atividades já
232 mencionadas acima, e que será agendada reunião extraordinária da Comissão de Fundo
233 para o levantamento desses valores, considerando os prazos para garantia dos estagiários.

234 **7. Relato de comissões – Comissão de Acompanhamento: Instrumentais;**
235 Conselheira Adriana Santos fala sobre a revisão dos instrumentais, o envio para as entidades
236 e serviços e sugere a data de vinte de fevereiro do corrente ano para a realização da
237 capacitação para as entidades conforme já discutida e deliberada neste conselho. Refere que
238 o convite contendo data, local e horário serão encaminhados por e-mail para todas as
239 entidades. No que se refere o relato da visita as casas de acolhimento da entidade APP Vida,
240 ficou deliberado que, devido ao avançado da hora, seria necessária uma reunião
241 extraordinária para apresentação e discussão da atual situação da entidade e as possíveis
242 providencias futuras. Ficou agendada reunião extraordinária para o dia quinze de fevereiro,
243 as quatorze horas, na sede do CREAS III. **8. Informes – Programa Criança Feliz.** Adriana
244 Santos faz o informe referente ao Programa, com valor de repasse de 50.000,00 mês pelo
245 governo federal para sua execução, que a primeira etapa de aceite foi realizada pela SMAS,
246 contudo, necessita ser deliberado pelo CMAS até a data de vinte e quatro de fevereiro e fala
247 sobre os questionamentos já realizados ao governo federal. Após debate, foi deliberado que o
248 programa também seria pauta da reunião extraordinária do dia quinze de fevereiro para

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

249 apresentação mais detalhada. Também deverão ser encaminhados os materiais referentes
250 aos programas para que os conselheiros se apropriem melhor do assunto e possam discuti-
251 lo. Carolina da entidade CEPAS dá o informa sobre a procura por vagas pelas famílias da
252 ocupação Flores do Campo. Carolina é questionada sobre se há interesse em aumento de
253 vagas e ela refere que sim. Informa que as famílias relatam não terem atendimentos nos
254 serviços próximos a ocupação uma vez que ainda estão referenciadas cada qual no território
255 de onde vieram. O Conselho discute e questiona como o CRAS irá absorver a demanda
256 deste território. Foi deliberado o envio de ofício à SMAS questionando quais serão as
257 providências dos serviços socioassistenciais do território para atendimento desta população.
258 Registre-se que a lista de presença é documento integrante desta ata. A reunião é encerrada
259 às 17h50, sendo o que havia a ser relatado, eu, Luana Garcia Campos, 2ª Secretária deste
260 Conselho, redijo a presente ata desta reunião ordinária que será encaminhada para
261 apreciação e aprovação.